

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

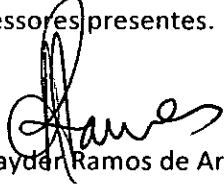
Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às nove horas, na sala de reuniões da Presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, realizou-se a sexta reunião do Comitê Gestor Regional de Atenção ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Portaria Conjunta seis, de vinte e seis de fevereiro de dois mil e quinze, sob a Presidência do Senhor Juiz de Direito Jayder Ramos de Araújo, presentes os membros do comitê o Senhor Juiz de Direito Carlos Alberto Martins Filho, o Senhor Juiz de Direito Luiz Otávio Rezende de Freitas, o suplente, Senhor Juiz de Direito Pedro de Araújo Yung-Tay Neto, o suplente, Senhor Juiz de Direito Gilmar Tadeu Soriano, a Juíza de Direito Márcia Alves Martins Lobo, indicada pela Associação dos Magistrados do Distrito Federal e dos Territórios, a Servidora Gisele Christianis Brandão Silveira e Silva, a Servidora Daniela da Silva Pontual Machado, o suplente, Servidor Daniel de Lima Freires, estiveram presentes ainda, como assessores especiais, a Senhora Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica Liz Criciny Werlang Rauber e a Servidora Aline Pereira Neves. O Presidente iniciou a reunião apresentando a consolidação das propostas feitas pelos membros do Comitê para deliberação sobre quais irão compor o Plano de Ação. O Presidente explicou que a deliberação das propostas da linha de atuação "equalização da força de trabalho" seriam votadas quando o Senhor Juiz de Direito Luiz Otávio Rezende de Freitas estivesse presente, que em razão de um imprevisto ainda não havia chegado. Deu-se início à votação pela linha de atuação "adequação orçamentária". Para essa linha de atuação, a proposta 'Realização de pesquisa institucional para identificar as demandas e necessidades de Magistrados, servidores e unidades do primeiro grau' foi aprovada por unanimidade dos presentes. No que diz respeito à linha de atuação "infraestrutura e tecnologia", a proposta 'Execução de obras de acessibilidade em todos os fóruns do distrito federal' foi aprovada por unanimidade dos presentes, com a observação que em seu detalhamento deve conter que o Tribunal precisa fazer gestão junto aos órgãos competentes do governo para as obras no entorno dos fóruns. A Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica Liz Criciny Werlang Rauber sugeriu que o Comitê apresentasse também uma proposta para a instalação da Estação Digital, um projeto do Núcleo de Inclusão para os servidores com deficiência. A sugestão foi acolhida e o Comitê aprovou por unanimidade dos presentes a proposta 'Instalação de Estação Digital para servidores com deficiência'. Com a presença do Senhor Juiz de Direito Luiz Otávio Rezende de Freitas, iniciou-se a deliberação das propostas da linha de atuação "equalização da força de trabalho". Nessa linha de atuação foram aprovadas por unanimidade as seguintes propostas: 'Alteração do conteúdo programático do concurso para o provimento do cargo de técnico judiciário com o objetivo de favorecer a seleção de candidatos com maior conhecimento jurídico', 'Provimento de todos os cargos de Juiz de Direito Titular previstos na Lei de Organização Judiciária, com a efetiva instalação de novos ofícios judiciais de acordo com as necessidades verificadas pela Corregedoria do TJDFT a partir de levantamento de dados estatísticos', 'Mapeamento dos fluxos dos processos de trabalho da área fim, por competências, para a parametrização do processo judicial eletrônico, com o objetivo de redução de tempo e de custo operacional na execução das tarefas', 'Regulamentação da realização de trabalho fora das dependências da instituição (teletrabalho), com o objetivo de reduzir os custos operacionais do Tribunal e aumentar a produtividade dos servidores'. O Presidente sugeriu a inclusão da proposta 'Realização de reforma administrativa para o enxugamento da área administrativa e consequente transferência de força de trabalho para as unidades judiciárias', nos termos do Planejamento Estratégico. A proposta foi aprovada por unanimidade e o Juiz de Direito Luiz Otávio Rezende de Freitas solicitou que o estudo realizado pela Associação dos Magistrados do Distrito Federal e dos Territórios seja considerado no detalhamento e na implementação dessa iniciativa. O Juiz de Direito Luiz



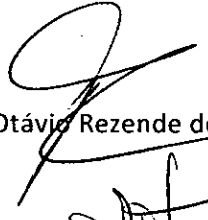


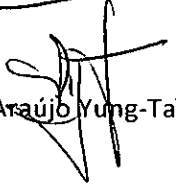
Otávio Rezende de Freitas sugeriu a inclusão da proposta 'Redistribuição de Funções Comissionadas do Tribunal para viabilizar a criação da função de assessoria (FC-03) para todos os Juizes Substitutos Vitalícios', que foi aprovada por unanimidade, tendo o Juiz de Direito Gilmar Tadeu Soriano votado no lugar do Juiz de Direito Carlos Alberto Martins Filho, que estava ausente no momento da votação. A proposta 'Redistribuição de Funções Comissionadas do Tribunal com o objetivo de assegurar que, no mínimo, 50% dos servidores de cada unidade judiciária de primeira instância sejam contemplados com gratificação' foi aprovada por maioria, com um voto contra do Juiz de Direito Luiz Otávio Rezende de Freitas, que justificou o seu voto tendo em vista que essa iniciativa pode inviabilizar a implementação da sua proposta de criação da função de assessoria para todos os Juizes Substitutos Vitalícios. A proposta 'Transformação de cargos de técnico administrativo e auxiliar judiciário vagos em analista judiciário - área judiciária', foi aprovada por unanimidade nos seguintes termos: 'Realização de estudo da viabilidade de transformação de cargos de técnico administrativo e auxiliar judiciário vagos em analista judiciário - área judiciária; sem aumento de despesa'. O Juiz de Direito Gilmar Tadeu Soriano sugeriu a inclusão da proposta 'Reavaliação para proporcionar melhor condição de trabalho ao servidor com restrição laboral', que foi aprovada por unanimidade. O Juiz de Direito Pedro de Araújo Yung-Tay Neto propôs a inclusão da iniciativa 'Assegurar a participação de Juizes de 1º grau na composição da banca do concurso de Juizes', aprovada por unanimidade. A servidora Daniela da Silva Pontual Machado propôs também a inserção de uma proposta que vise à definição de metas de produtividade na avaliação de desempenho dos servidores. O Presidente solicitou que a servidora Daniela da Silva Pontual Machado se reunisse com representantes da Subsecretaria de Gestão Integrada de Pessoas para compreender melhor o atual modelo de gestão de desempenho bem como o programa de valorização de servidores que está sendo implementado e, posteriormente, encaminhasse sua proposta, que será deliberada por meio eletrônico. O Comitê finalizou a deliberação a respeito das propostas sobre "equalização da força de trabalho", e retomou a votação das propostas da linha de atuação "infraestrutura e tecnologia". Nessa linha de atuação, também foram aprovadas por unanimidade as seguintes propostas: 'Elaboração de novo leiaute padrão para as unidades judiciárias que trabalham com o PJe, a fim de otimizar a ocupação dos espaços físicos do Tribunal' e 'Aquisição de equipamento de gravação audiovisual de audiência para todas as unidades judiciárias de primeira instância'. A proposta 'Aquisição de aparelhos de telefonia móvel para todos os Magistrados de primeira instância' foi aprovada por maioria, com um voto contra da Servidora Gisele Christianis Brandão Silveira e Silva, que argumentou não vislumbrar como a aquisição de telefones móveis para os Magistrados de primeiro grau pode contribuir para a priorização da primeira instância. A servidora Daniela da Silva Pontual Machado sugeriu que a proposta de aquisição de aparelhos de telefonia móvel fosse ampliada para os oficiais de justiça. A aquisição de aparelhos de telefonia móvel para os oficiais de justiça foi aprovada por unanimidade. Sendo assim, a proposta foi aprovada nos seguintes termos: 'Aquisição de aparelhos de telefonia móvel para todos os Magistrados de primeira instância e Oficiais de Justiça'. Na linha de atuação "governança colaborativa", as seguintes propostas foram aprovadas por unanimidade: 'Assegurar a participação de Magistrados e servidores de primeira instância nos comitês e comissões instituídos pelo Tribunal', 'Criação e regulamentação das funções de Juiz Secretário-Geral da Presidência, Juiz Secretário-Geral da Corregedoria, Juiz Chefe de Gabinete da Presidência e Juiz Chefe de Gabinete da Corregedoria' e 'Instituir o sistema de eleição direta para a escolha dos Diretores dos Fóruns, com mandato de dois anos'. O Juiz de Direito Gilmar Tadeu Soriano sugeriu a inclusão da proposta 'Regulamentar as atribuições dos diretores dos fóruns', que foi aprovada por unanimidade. Na linha de atuação "prevenção e racionalização de litígios" foi aprovada por unanimidade a proposta 'Expansão do projeto de pauta concentrada para todas as circunscrições judiciárias'. No que diz respeito à linha de atuação "estudos e pesquisas", foi aprovada por unanimidade a proposta 'Realização de pesquisa anual com usuários e

servidores do Tribunal para a identificação das causas e consequências do mau funcionamento da Justiça'. Para a linha de atuação "formação continuada", foram aprovadas por unanimidade as propostas a seguir: 'Realização periódica de cursos de gestão cartorária para Juízes e Diretores de Secretaria' e 'Realização de convênios com instituições de ensino superior objetivando a redução de custos para os servidores interessados na graduação em Direito'. Quanto ao disposto no artigo nono da Resolução cento e noventa e quatro de vinte e seis de maio de dois mil e catorze do Conselho Nacional de Justiça, o Comitê deliberou pela reativação do Prêmio Boas Práticas Judiciais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, como ação permanente, priorizando temas relativos à primeira instância. O Presidente informou que será encaminhada por e-mail a consolidação das propostas aprovadas para o Plano de Ação de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e solicitou que sugestões, alterações ou adequações nos detalhamentos das propostas sejam encaminhadas com a maior brevidade possível, para que o Comitê possa concluir o trabalho e apresentá-lo ao Presidente do Tribunal. Nada mais havendo a registrar, o Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Aline Pereira Neves, Aline P. Neves lavrei a presente ata, que, por ser expressão da verdade, segue assinada pelo Presidente do Comitê, pelos demais membros e assessores presentes.


Juiz de Direito Jaydar Ramos de Araújo
Presidente

Juiz de Direito Carlos Alberto Martins Filho
Membro


Juiz de Direito Luiz Otávio Rezende de Ereitas
Membro


Juiz de Direito Pedro de Araújo Yung-Tay Neto
Presidente suplente

Juiz de Direito Gilmar Tadeu Soriano
Membro suplente

Juíza de Direito Márcia Alves Martins Lobo
Membro

Gisele Christianis Brandão Silveira e Silva
Membro

Daniela da Silva Pontual Machado
Membro



Daniel de Lima Freires
Membro-suplente

Liz Criciny Werlang Rauber
Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica

Aline Pereira Neves
Supervisora do Núcleo de Pesquisa em Gestão de Pessoas – NUPEQ

3

3